

01-09-2023



Jorge Veiga França
Presidente da ACIF-CCIM

■ A Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (ACIF-CCIM), enquanto entidade representativa da iniciativa privada, define como prioridades para o próximo período de governação 2023 - 2027 um conjunto de medidas que tenham por intuito o aumento da competitividade e da produtividade das empresas, a criação de riqueza e a valorização dos recursos humanos, enquanto pilar fundamental da atividade económica.

Entendemos que é possível criar um regime fiscal mais atrativo para os profissionais altamente qualificados, de modo a retermos talento nas nossas organizações, condição fundamental para as empresas apostarem na investigação e no desenvolvimento tecnológico.

De igual modo, entendemos ser premente a elaboração de um estudo das necessidades de recursos humanos, designadamente de quadros qualificados, de técnicos e de mão de obra operacional, bem como dos respetivos perfis, avaliando os recursos humanos disponíveis e quais as respetivas necessidades de (re)qualificação profissional, por forma a respondermos de forma mais eficaz aos atuais desequilíbrios entre a oferta e a procura.

Em relação ao Centro Internacional de Negócios, um instrumento que consideramos imprescindível para a atração de investimento e que, infelizmente, tem sido alvo de ataques sistemáticos e injustificáveis, defendemos a manutenção de uma política e de uma estratégia únicas nacionais de defesa e de desenvolvimento futuro deste mecanismo junto da Comissão Europeia, do Conselho e do Parlamento Europeus, que dissipe as atuais posições de

confronto ou conflito entre o Estado português e a Comissão Europeia.

Entendemos também ser prioritário desenhar um novo regime aplicável com carácter permanente, que vigore a partir de 2024, tendo esta Associação já inclusive dado o seu contributo para esta matéria, através da conceção de um estudo sobre a competitividade fiscal e aduaneira da nossa Região, apresentado este ano, no âmbito do projeto CUSTOMS, na expectativa que o mesmo possa ser um importante instrumento de orientação e reflexão.

Em virtude do crescimento acentuado do número de turistas na Região Autónoma da Madeira (RAM), e face aos constrangimentos que se começa a verificar em alguns pontos turísticos, consideramos que, a par de uma estratégia de captação de novos turistas, devem ser equacionadas medidas de renovação e regeneração, tendentes à requalificação do produto Madeira e a sua certificação como destino sustentável e inteligente, que melhorem a interação dos turistas com o meio ambiente, aumentando assim a qualidade das suas experiências.



Paulo Veiga
CEO da EAD

■ Como prioridades públicas, destaco a educação. O principal designio deve ser a formação de cidadãos económica e ambientalmente responsáveis. São assim as economias modernas: investem nas pessoas para que estas invistam de volta. É urgente investir em escolas, tecnologia educacional e formação de professores. Isto ajuda a preparar os jovens para os desafios futuros e promove o desenvolvimento da região.

Destaco ainda:
Saúde: investir nos cuidados de saúde primários com qualidade e quantidade.

Economia: incentivar a inovação e empreendedorismo e diversificar a economia.

Desenvolvimento de 'cluster' e cadeias de valor locais: desenvolver clusters tecnológicos ou serviços e cadeias de valor locais, pode aumentar a competitividade regional e criar sinergias entre empresas.

Transportes e infraestruturas: Melhorar as redes de transporte e infraestruturas para facilitar a conectividade interna e externa da região.

Ação climática, mobilidade e energia sustentáveis: adoção de medidas de proteção do meio ambiente e incentivar práticas sustentáveis.

Inovação e tecnologia: investir em pesquisa e desenvolvimento.

Emprego e qualificação profissional: criar oportunidades de emprego e investir em programas de formação.



João Baracho
Diretor executivo do CDI Portugal

■ Sempre que se falam em prioridades governativas sabemos que a educação e a sua transformação estará sempre na linha da frente. Será sempre muito difícil implementar e entender estratégias e alterações estruturais sem ter a população devidamente instruída e aberta ao mundo com o conhecimento global que as tecnologias hoje permitem. Sabemos que as autoridades madeirenses têm estado sempre disponíveis para estas prioridades e, por isso, temos vindo a colaborar na dinamização do nosso programa 'Apps for Good' no arquipélago.

É urgente fazer evoluir os modelos de ensino para um formato mais interativo e bidirecional em que o aluno faz equipa com o professor na busca da sua aprendizagem, evoluindo por trajetos de maior motivação e de maior adequação a cada indivíduo. Por outro lado, a interação com alunos e escolas de outras regiões e países com realidades diferentes ou formas de ensino diversas permitem uma aprendizagem global e a eliminação do sentimento de maior isolamento, porque se vive num arquipélago ou numa região escondida no interior.

Para tudo isto é fundamental termos professores mais preparados e motivados através de um desenho de carreira mais desafiante e exigente mas também mais motivador e reconhecido. Politicamente tudo se reduz a uma aposta na globalização do ensino e na capacitação, requalificação e motivação dos professores que permita a descoberta pelo aluno da sua vocação e respetiva aprendizagem.



Jolina Gonçalves
Representante da Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Administração de Condomínios (APEGAC) na Região Autónoma da Madeira

■ Um dos problemas atuais dos condomínios é a manutenção dos edifícios.

As obras de conservação dos edifícios são adiadas por falta de disponibilidade financeira, uma vez que o fundo comum de reserva do condomínio é insuficiente.

É importante investir no conceito de "manutenção", desde a fase de projeto até ao fim da vida útil do edifício, criando-se a obrigatoriedade de entrega de um plano de manutenção e inspeção pelo empreiteiro/construtor aos proprietários. Esse plano definirá as medidas preventivas, contemplando a prioridade e a periodicidade das intervenções. A curto prazo, preconizamos a criação de uma linha de financiamento e a redução da taxa de IVA para a totalidade das obras.

É importante clarificar, na Região Autónoma da Madeira (RAM), o Alojamento Local (AL) em prédios destinados a habitação. A divergência entre o regime de licenciamento e o acórdão uniformizador de jurisprudência cria insegurança jurídica aos condóminos proprietários, quer ao condómino investidor, quer ao condómino residente.